

Onde estão as pesquisas na educação infantil com as crianças negras?

Liliam Teresa Martins Freitas; Adriana Beserra Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Instituto Federal do Maranhão.
Email: liliam.freitas@ifma.edu.br

Especialista em Docência do Ensino Superior. Instituto Federal do Maranhão.
Email: adriana.silva@ifma.edu.br

Resumo

Este trabalho realiza uma breve discussão sobre a pouca produção de pesquisas na educação infantil que tratem das crianças negras, a partir da leitura de obras de pesquisadoras da menezes_88 área e de alguns levantamentos realizados por outras estudiosas. E essa pouca produção acadêmica contrasta com a sociedade brasileira em que a presença negra é maioria, inclusive nesta modalidade de ensino, mas em que o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento ainda estão enraizados.

Palavras-Chave: crianças negras; pesquisa; educação infantil.

1. Introdução

Alguns trabalhos recentes tem proposto questionar e discutir a educação para as relações raciais na educação infantil, primeira etapa da educação básica. Cabe destacar que esses trabalhos, que se sintonizam com as pesquisas, tem apresentado a infância como uma construção social, destacando as crianças como atores ativos na vida social. Esse novo olhar sobre a infância suscita, por um lado, o debate sobre a formulação de leis e diretrizes que incluam este nível de ensino e, por outro, abre espaço para a relação com as questões de raça, etnia, econômicas, culturais etc. Assim, este trabalho integra e acompanha este campo de estudos, centrando-se na criança, especificamente negra, no seu pertencimento racial e no reconhecimento da sua identidade racial, em uma sociedade marcada pelo racismo.

Problematiza-se, neste, a presença negra na educação infantil, sua invisibilidade como campo de pesquisa, e sua especificidade. Diante desse quadro, surgem vários questionamentos como: mesmo sendo expressiva a quantidade de crianças negras na educação infantil, porque há poucas pesquisas sobre elas? Quais os efeitos dessa lacuna na pesquisa sobre crianças negras na educação infantil?

2. Especificidade da criança negra na sociedade brasileira

Como as crianças negras constroem uma identidade positiva de si mesmo numa sociedade racista como a brasileira, que se esconde atrás do “dogma” da Democracia Racial (HASENBALG, 1979, 1996), que propaga a não existência do racismo, mas no cotidiano vai referendar a tese da inferioridade do negro, que molda as estratégias de luta (SILVA, 2010)? Em que 37% de 30.378 inscritos interessados em adotar preferem exclusivamente crianças brancas, enquanto as crianças negras constituem-se a maioria das crianças para adoção, sendo 51,1%, de 7.949, de com acordo os dados de 2011 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Como realizar essa construção num país que o ideal predominantemente é branco (*Ibidem*), e ele está visível na maioria dos desenhos animados, dos apresentadores de programas infantis e de televisão, nos personagens de histórias infantis (reis e rainhas), nas capas de revistas, nos murais e cartazes das creches e pré-escolas? De que maneira elas vão responder, a partir das representações com que tem contato, perguntas como: “quem eu sou”, “quem poderia ser”, “quem eu quero ser” (WOORWARD, 2013)?

As instituições educacionais se relacionam com a formação de uma concepção sobre a infância, que atua sobre as crianças de um determinado contexto social (tempo e espaço), produzindo diversas infâncias, o que vai contra a ideia de uma infância universal. As instituições de educação infantil são importantes no desenvolvimento infantil, pois este envolve aspectos complexos da vida psíquica, como inteligência, vida afetiva e relações sociais (PIAGET, 1999). No entanto, em geral, essas instituições no Brasil, mesmo quando possuem maioria de crianças negras, não têm um ambiente alfabetizador favorável a elas, que, em boa parte, são também das classes populares. Não incorporam “a atualidade cultural da criança”, nem a “sua história que contém o presente e o passado do seu grupo sociocultural” (ARAUJO, 2004). Esse ambiente alfabetizador, que é social, político, cultural e histórico precisa considerar a criança, que não é um sujeito universal, mas sim situado histórica e socialmente. Por isso, Araújo fala “que não devemos pensar em um ambiente alfabetizador único para todas as crianças, mas sim, em ambientes alfabetizadores” (*Ibidem*, 2004, p. 4), que possam dar conta das diversidades culturais presentes na sociedade brasileira, como condição de classe, etnia, raça, religião, gênero, dentre outras. Mas o que tem acontecido é universalizar o ambiente alfabetizador que privilegia as experiências das crianças das classes médias e brancas, o que acaba por *invisibilizar* diferenças culturais, seus conhecimentos. Essa prática pedagógica que desrespeita o contexto sociocultural das crianças de classes populares, a maioria negras, moradoras das periferias, compromete a sua apropriação da linguagem escrita e os

ensina, além de ler e escrever, “a outra relação com o corpo, novos valores estéticos, outra religião, que não se identificam como o seu grupo sociocultural” (*Ibidem*, 2004, p. 149).

3. A presença negra na educação infantil e sua invisibilidade como campo de pesquisa

Jerry Adriani da Silva (2010) lembra que a ausência de uma reflexão séria sobre o racismo existente na escola sempre foi apontada pelos grupos do movimento negro brasileiro como um dos fatores que contribuem para que a sua (re)produção continue condicionando a trajetória escolar de milhares de estudantes negros e negras. Esse pesquisador ressalta que além das demandas, o movimento negro produziu propostas alternativas para a educação, bem como denunciou os mecanismos de discriminação racial existentes na escola.

Pesquisar ou fazer a escolha de não pesquisar sobre crianças negras na educação infantil é uma questão política imbricada à dimensão epistemológica (BORDIEU, 1983). A produção científica sobre as crianças negras nessa modalidade de ensino permite ampliar a discussão da problemática racial no Brasil, em busca do fortalecimento de políticas públicas eficazes e eficientes para esse público. Não discutir a forte presença da população negra na educação infantil e o quanto o racismo compromete de maneira contundente as histórias de vida e trajetórias escolares dos estudantes negros e negras (CAVALLEIRO, 1998, ROSEMBERG, 2012), que se materializa na produção de mais desigualdades sociais (HASENBALG, 1996, 1979), favorece a perpetuação dessa realidade.

No Brasil, a maioria dos trabalhos que trata da temática racial aborda o ensino fundamental, ao contrário da educação infantil, em que há um número bastante reduzido. Para essa questão Rosemberg (2012) afirma que há uma exclusão da educação infantil e dos sujeitos que dela fazem parte da pesquisa acadêmica, o mesmo tratamento excludente e discriminatório que por vezes a sociedade dispensa às crianças e, conseqüentemente, à educação infantil. Essa “exclusão” da educação infantil e de seus sujeitos fere a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96¹ ao tornar obrigatório o *ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana* apenas para os estabelecimentos de *ensino fundamental e médio*, não explicitando o primeiro nível da educação básica, a educação infantil.

¹ Outra mudança na legislação para as relações étnico-raciais na educação é a lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Essa nova lei colocou como princípio do ensino “consideração com a diversidade étnico-racial” e incluiu a pré-escola na educação básica, tornando a educação de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos obrigatória. Com efeito, a diversidade étnico-racial é um princípio também da educação infantil.

Ainda de acordo com Rosemberg (2012), em uma pesquisa recente, há pouca produção acerca de temas relacionados a questões étnico-raciais e educação infantil, principalmente na região nordeste. Essa constatação de poucas pesquisas sobre crianças negras e educação infantil é endossada por Cavalleiro (1998). Situação oposta aos Estados Unidos, onde há uma ampla e consolidada área de estudos, com diversas pesquisas e autores de várias perspectivas, em que os primeiros apareceram na década de 1930, segundo Fazzi (2006). Valente (2011) corrobora Rosemberg (2012) e afirma que é nesse nível da educação em que se apresenta o quadro educacional mais grave para as crianças negras, entretanto, as propostas curriculares para o enfrentamento do preconceito e discriminação raciais foram até então dirigidas para o ensino fundamental e médio, e negligenciaram a educação infantil. Uma das possíveis explicações talvez seja devido à dificuldade que se tem de se realizar pesquisas com crianças muito pequenas (CAVALLEIRO, 1998).

Aretusa Santos (2015), em um estudo sobre a produção bibliográfica nesse campo nos últimos dez anos de ANPED - Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação, identificou apenas 08 trabalhos, um quantitativo relativamente baixo. E das 10 reuniões analisadas, de 2004 a 2013, somente 06 reuniões tiveram apresentações de trabalhos sobre infância e relações étnico-raciais.

Oliveira e Pacheco (2015) realizaram o “Estado da Arte na Educação Infantil de 1990-2003”, a partir da análise de vários periódicos e revistas. Nesse estudo foram identificados quatorze trabalhos publicados de 1990 a 2003, e a constatação é um tímido interesse dos pesquisadores e das instituições de ensino superior acerca das discussões sobre as relações raciais e infância.

4. Considerações finais

Nessa breve discussão, que trata da pouca produção acadêmica acerca de crianças negras na educação infantil, apontamos que contraditoriamente a população negra é a maioria do país, e presença expressiva nesta modalidade de ensino, como comprovam as estatísticas. Nesta constatação, é importante pensar que a temática educação infantil e relações raciais é recente, a imagem de Democracia Racial do Brasil, a especificidade da pesquisa com criança, além de outros fatores que não foram discutidos aqui, tendo em vista a limitação do trabalho. É preciso dialogar com a criança na pesquisa (de campo), e a negra, de ouvir, e que suas peculiaridades e seus

conhecimentos, como um sujeito que está no mundo, que o experencia, que participa das relações sociais sejam respeitados.

Sinalizamos a importância de haver mais pesquisadores que estudem as crianças negras na educação infantil para sairmos da invisibilidade e da naturalização no campo da construção do conhecimento, que refletem o lugar que tem sido destinado socialmente à população negra, e termos subsídios para a construção de políticas públicas educacionais que modifiquem as condições e oportunidades, principalmente para as crianças negras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 de Março de 2016

_____. **Lei federal nº 10.639, de 09/01/2003**: Altera a Lei 9.394/96 para incluir o no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura afro-brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10639.htm>. Acesso em: 12 de Março de 2016

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2005.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com a criança de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Datilo, 1998

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

GONDRA, José G. prefácio da 1ª edição. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de (org.) **Educação da infância**: história e política. 2 edição- Niterói: Editora da UFF, 2013.

_____; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: editora 34, 2012 (2 edição revista). 240 p.

_____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Entre o Mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MARCOS CHOR, Maio (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 235-249.

_____. Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

OLIVEIRA, Jandair Ribeiro de; PACHECO, LÍlian Miranda Bastos. **Educação infantil e culturas étnico-raciais**: enlaces com as discussões científicas de 1990 a 2003. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/semic/upload/2011/2011XV-951JAN490-100.pdf>>.

ROSEMBERG, Fulvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais** / Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

SANTOS, Aretusa. **Infância e relações étnico-raciais nos últimos dez anos de ANPED**. Anais Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação. V. 1, 2015, ISSN 2447-035X. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV047_MD1_SA5_ID1357_29052015192432.pdf

SILVA, Jerry Adriani da. **Um estudo sobre as especificidade dos/as educandos/as nas propostas pedagógicas de jovens e adultos-EJA: tudo junto e misturado!** 2010, 191 p. Dissertação. (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VALENTE, Ana Lúcia A Lei 10.639 e seus desafios. In: CUNHA, Ana Stela de Almeida (org). **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação For mal e a realidade quilombola no Brasil** São Luís, SETAGRAF, 2011. 166p. 15-27 p.

WOORWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 133p.